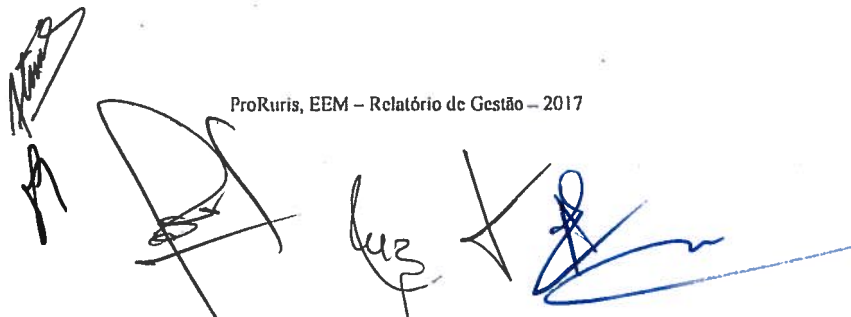




Relatório de Gestão

Ano de 2017



1. INTRODUÇÃO

Nos termos das disposições aplicáveis pelo Código das Sociedades Comerciais, a administração da PRORURIS apresenta o RELATÓRIO DE GESTÃO referente ao exercício de 2017.

A Proruris – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EEM contribuinte n.º 507.643.720 deu início de actividade 03 de Março de 2008 tendo como objectivos principais a oferta de serviços de consultoria no domínio rural, criação de estruturas de apoio ao desenvolvimento rural, organizar cursos de formação profissional, promoção de eventos e apoio veterinário.

2. Enquadramento

O presente relatório tem como objetivos dar a conhecer as atividades realizadas pela Proruris EEM , durante o exercício de 2017, bem como apresentar as respetivas contas.

Da análise do relatório, constata-se o desenvolvimento da estratégia adotada pela empresa, desde a sua constituição.

A Proruris EEM tornou-se um marco importante na gestão e desenvolvimento nas áreas agrícola, agro-industrial e formação. Favorecendo desta forma o desenvolvimento, modernização e dinamização do concelho de Vinhais.

2.1. Missão

1. Aumentar a competitividade do concelho nas áreas alimentar e agro-industrial favorecendo a modernização empresarial;
2. Colaborar na protecção, defesa e promoção dos produtos de excelência existentes na região;
3. Fomentar a sustentabilidade económica, técnica, social, ambiental e financeira do concelho.

5. Focalização no desenvolvimento das competências individuais e no trabalho de equipa para permitir, ao conjunto, atingir níveis elevados de desempenho.

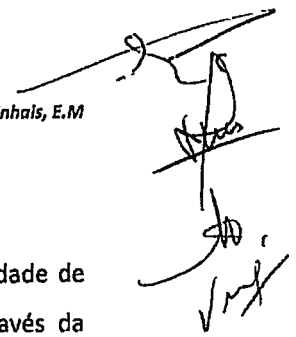
3.2 Análise da Situação Financeira

	2016	2017	Var. Abs	Var. %
Vendas e Prestação de Serviços	372.156,11	392.520,42	+20.364,31	+5,47%
Subsídios	270.000,00	270.000,00	0,00	0,00%
Fornecimento e Serviços Externos	-277.487,60	-262.787,09	-14.700,51	-5,29%
Custos com o Pessoal	-350.251,79	-396.477,41	+46.225,62	+13,19%
Outros Rendimentos	2.875,02	6.542,70	3.667,68	+127,57%
Outros Gastos	-10.402,60	-2.087,97	-8.314,63	-79,92%
EBITDA	6.889,14	7.708,65	+819,51	+11,89%

Valores em Euros

Estrutura Rendimentos de 2017

Réditos	2017
Prestação de Serviços	
· Geral	74.375,89 €
· Inseminação Artificial	16.509,41 €
· HACCP/Pest control	5.944,51 €
· Piquete Veterinário	11.244,37 €
· SNIRA	0,00 €
· EVENTOS (Corrida + Luta de touros)	12.946,90 €
· Consultoria	23.640,33 €
· Serviços IFAP	4.453,07 €
· Subsídios	270.000,00 €
· Parque Biológico	178.725,94 €
· Espaços Verdes	64.680,00 €
TOTAL	662.520,42 €
Outros Rendimentos	6.542,70 €
TOTAL	669.063,12 €



2.3 Visão

Tendo consciência de que os serviços prestados são fundamentais para a qualidade de vida da população e visitantes do concelho de Vinhais, temos como desígnio através da adopção das melhores práticas, mais seguras e ambientalmente adequadas e com o envolvimento de todos os colaboradores e clientes, ser uma empresa com responsabilidades e objectivos claros, de referência na sua área de actuação pelo nível de qualidade dos serviços prestados e do atendimento.

3. ANÁLISE GLOBAL

3.1 Atividade Operacional e Mercado

Desde o início de atividade da empresa, tem sido uma preocupação constante com a melhoria dos serviços prestados à região e a quem nos visita, pois, este esforço tem sido continuado.

Para que os objetivos e a missão fossem cumpridos, a Proruris EEM adotou uma estratégia organizacional assente no desenvolvimento sustentável das diversas atividades e dos recursos que lhe são inerentes, permitindo alcançá-los. Assim, garantiu-se a satisfação de todas as partes interessadas nos serviços prestados e no atendimento, garantindo também a valorização e realização profissional dos nossos colaboradores.

No âmbito do plano de atividades para 2017, constata-se que na generalidade, a Proruris EEM cumpriu os objetivos a que se propôs.

Assim, foram estabelecidos como fatores de sucesso:

1. Dotação de infra estruturas e meios tecnológicos nos diversos sectores de atuação adequados ao desenvolvimento das atividades;
2. Desenvolvimento das atividades tendo por base uma atitude proactiva na adoção das melhores práticas e consequentemente a melhoria contínua de todo o sistema;
3. Cumprimento dos requisitos legais e estatutários, normativos aplicáveis, plano de atividades e outros que a Proruris subscreva;
4. Divulgar e promover a compreensão da política de qualidade a todas as partes interessadas;



Estrutura de Gastos

Gastos	2017
Fornecimento e Serviços Externos	
Subcontratos	2.158,31 €
Trabalhos especializados	18.966,11 €
Publicidade	1.592,00 €
Vigilância	424,00 €
Honorários	48.286,29 €
Comissões booking	4.679,08 €
Conservação e Reparação	6.119,75 €
Serviços Bancários	545,31 €
Materiais	14.802,96 €
Energia e Fluidos	28.860,52 €
Deslocações e estadas	3.228,00 €
Aluguer equipamentos	13.522,17 €
Comunicações	4.229,24 €
Seguros	5.602,95 €
Limpeza Higiene e Conforto	10.743,75 €
Outros Serviços	97.198,76 €
Gastos com pessoal	
Remunerações	320.619,01 €
Encargos s/ remunerações	71.041,70 €
Outros custos com pessoal	4.816,70 €

Na rubrica de "Outros Serviços" estão incluídos os custos relacionados com eventos pecuários , piquete de veterinário e gastos no parque biológico relacionados com alimentação de animais, bar entre outros.

O valor de honorários é referente a recibos verdes de veterinários, prestadores de serviços no Parque Biológico e outros relacionados com os espaços verdes e desportivos.

No que se refere à evolução de efectivos, em 2017 a empresa aumentou os postos de trabalho existentes em relação ao ano anterior.

A administração considera que os resultados obtidos, a todos os níveis, pela empresa reforçam a sua estabilidade, apesar de estar sempre dependente, em termos de tesouraria, os recebimentos aos subsídios atribuídos pela Câmara Municipal de Vinhais.

Proruris- Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural, EM

Balço Individual em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.17	31.Dez.16
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	25.781,61	30.166,86
Activos intangíveis	5	130,03	303,35
Outros Investimentos Financeiros	6	440,79	200,00
Total dos Activos Não Correntes		26.352,43	30.670,21
Cientes	7	32.620,65	4.461,11
Estado e outros entes públicos	8	1.844,73	5.242,80
Outros Créditos a Receber	9	92.345,61	88.167,69
Diferimentos	10	4.273,93	23.439,66
Caixa e depósitos bancários	11	24.898,49	52.531,02
Total dos Activos Correntes		155.983,41	173.842,28
		182.335,84	204.512,49
Capitais Próprios			
Capital Subscrito	12	50.000,00	50.000,00
Reservas legais	13	2.866,81	2.856,07
Outras reservas		27.290,09	27.290,09
Resultados transitados	14	24.522,96	24.318,95
Ajustamentos / Outras Variações no Capital Proprio	15	(6.876,80)	(6.876,80)
Resultado líquido do período		507,68	214,75
Total dos Capitais Próprios		98.310,74	97.803,06
Passivo			
Total dos Passivos Não Correntes		-	-
Fornecedores	17	20.162,64	45.357,50
Estado e outros entes públicos	8	17.376,00	10.558,07
Outras Dívidas a pagar	16	46.486,46	50.793,86
Total dos Passivos Correntes		84.025,10	106.709,43
Total do Passivo		84.025,10	106.709,43
		182.335,84	204.512,49

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vinhais, 22 de Fevereiro de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Victor Manuel Peres
CC 85554

A ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signature]
Município
Manuel Casado

[Handwritten signatures]

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.17	31.Dez.16
Vendas e Serviços Prestados	18	392.520,42	372.156,11
Subsídios à exploração	19	270.000,00	270.000,00
Fornecimentos e serviços externos	20	(262.787,09)	(277.487,60)
Gastos com o pessoal	21	(396.477,41)	(350.251,79)
Outros rendimentos	22	6.542,70	2.875,02
Outros gastos	23, 25	(2.089,97)	(10.402,60)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7.708,65	6.889,14
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	(5.363,45)	(4.889,63)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.345,20	1.999,51
Resultado antes de impostos		2.345,20	1.999,51
Imposto sobre o rendimento do período		(1.837,52)	(1.784,76)
Resultado líquido do período		507,68	214,75
Resultado por acção básico		-	-

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vinhais, 22 de Fevereiro de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Victor Manuel Resentil
CC 85554

A ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signature]
Administração
[Handwritten signature]
Município

[Handwritten signatures and marks]

4. Proposta de aplicação de resultados

As contas respeitantes ao exercício de 2017 conduziram a um resultado líquido positivo no valor de € 507,68€ para o qual a Administração propõe a transferência para:

- Resultados Transitados - € 507,68€

5. AGRADECIMENTOS

O presente relatório evidencia que a PRORURIS – EEM tem vindo a executar as atribuições para as quais foi criada, tendo desenvolvido atividades relevantes no Concelho de Vinhais.

Registamos com elevado apreço, os contributos de todos quantos, direta e indiretamente se relacionaram com as atividades ao longo dos anos de existência.

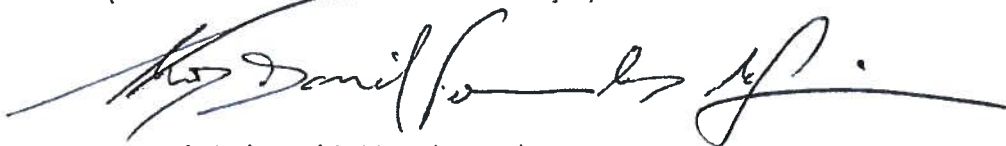
Aos trabalhadores da empresa, pelo esforço desenvolvido na realização profissional ao serviço da empresa.

Aos órgãos sociais, pela cooperação demonstrada no exercício das suas competências.

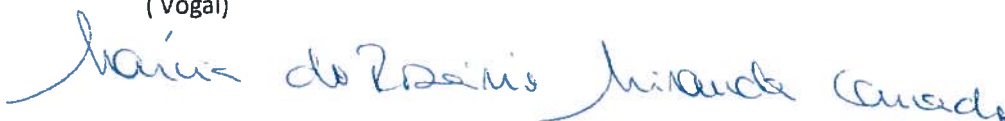
Aos consultores, entidades bancárias e seguradoras pela confiança e empenho demonstrado.

O Conselho de Administração,

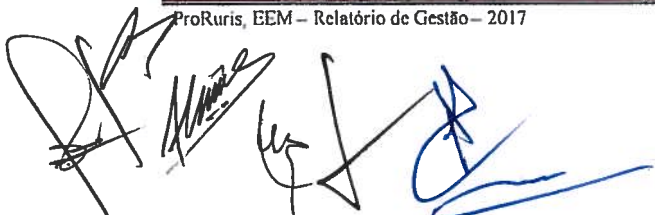
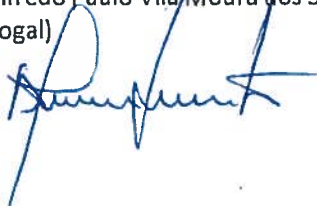
Eng.º Carlos Daniel Fernandes da Silva
(Presidente do Conselho de Administração)



Dr.ª Márcia do Rosário Miranda Canado
(Vogal)



Eng.º Alfredo Paulo Vila Moura dos Santos
(Vogal)



[Handwritten signature]



Demonstrações Financeiras Individuais


Exercício 2017

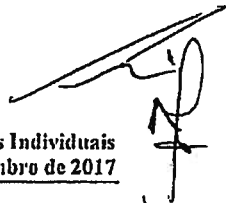

[Handwritten signatures]

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

• Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2017.....	4
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2017.....	5
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2017.....	6
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de Dezembro de 2017.....	7
• Anexo	
1. Nota introdutória.....	8
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	8
3. Principais políticas contabilísticas.....	9
4. Activos fixos tangíveis.....	14
5. Activos intangíveis.....	15
6. Participações financeiras – outros métodos.....	16
7. Clientes.....	16
8. Estado e outros entes públicos.....	17
9. Outros Créditos a Receber.....	17
10. Diferimentos.....	18
11. Caixa e depósitos bancários.....	18
12. Capital subscrito.....	19
13. Reserva legal e outras reservas.....	19
14. Resultados transitados.....	19
15. Outras variações no capital próprio.....	19
16. Outras dívidas a pagar.....	19
17. Fornecedores.....	20
18. Vendas e prestações de serviços.....	20
19. Subsídios à exploração.....	21
20. Fornecimentos e serviços externos.....	21
21. Gastos com o pessoal.....	22
22. Outros rendimentos e ganhos.....	22
23. Outros gastos e perdas.....	22
24. Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	23
25. Compromissos.....	23
26. Eventos subsequentes.....	23
27. Informações exigidas por diplomas legais.....	23



Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017





Proruris - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural, EM

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.17	31.Dez.16
<i>Activo</i>			
Activos fixos tangíveis	4	25.781,61	30.166,86
Activos intangíveis	5	130,03	303,35
Outros Investimentos Financeiros	6	440,79	200,00
Total dos Activos Não Correntes		26.352,43	30.670,21
Cientes	7	32.620,65	4.461,11
Estado e outros entes públicos	8	1.844,73	5.242,80
Outros Créditos a Receber	9	92.345,61	88.167,69
Diferimentos	10	4.273,93	23.439,66
Caixa e depósitos bancários	11	24.898,49	52.531,02
Total dos Activos Correntes		155.983,41	173.842,28
		182.335,84	204.512,49
<i>Capitais Próprios</i>			
Capital Subscrito	12	50.000,00	50.000,00
Reservas legais	13	2.866,81	2.856,07
Outras reservas		27.290,09	27.290,09
Resultados transitados	14	24.522,96	24.318,95
Ajustamentos / Outras Variações no Capital Proprio	15	(6.876,80)	(6.876,80)
Resultado líquido do período		507,68	214,75
Total dos Capitais Próprios		98.310,74	97.803,06
<i>Passivo</i>			
Total dos Passivos Não Correntes		-	-
Fornecedores	17	20.162,64	45.357,50
Estado e outros entes públicos	8	17.376,00	10.558,07
Outras Dívidas a pagar	16	46.486,46	50.793,86
Total dos Passivos Correntes		84.025,10	106.709,43
Total do Passivo		84.025,10	106.709,43
		182.335,84	204.512,49

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vinhais, 22 de Fevereiro de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Victor Manuel Pereira
CC 85554

A ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signature]
Município
Vinhais, Vinhais

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.17	31.Dez.16
Vendas e Serviços Prestados	18	392.520,42	372.156,11
Subsídios à exploração	19	270.000,00	270.000,00
Fornecimentos e serviços externos	20	(262.787,09)	(277.487,60)
Gastos com o pessoal	21	(396.477,41)	(350.251,79)
Outros rendimentos	22	6.542,70	2.875,02
Outros gastos	23, 25	(2.089,97)	(10.402,60)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7.708,65	6.889,14
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	(5.363,45)	(4.889,63)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.345,20	1.999,51
Resultado antes de impostos		2.345,20	1.999,51
Imposto sobre o rendimento do período		(1.837,52)	(1.784,76)
Resultado líquido do período		507,68	214,75
Resultado por acção básico		-	-

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vinhais, 22 de Fevereiro de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Vicente Manuel Pimentel
CC 85554

A ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signature]
Maurício Casado

[Handwritten signatures]

Proruris - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural, EM

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.17	31.Dez.16
<i>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais</i>			
Recebimentos de clientes		445.333,04	409.548,06
Pagamentos a fornecedores		(258.541,04)	(276.720,46)
Pagamentos ao pessoal		(242.344,94)	(271.900,39)
Caixa gerada pelas operações		<u>(55.552,94)</u>	<u>(139.072,79)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(663,01)	(2.079,94)
Outros recebimentos/pagamentos		29.637,99	99.893,39
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		<u>(26.577,96)</u>	<u>(41.259,34)</u>
<i>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento</i>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(990,00)	(4.277,52)
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(61,57)	-
Outros activos		-	-
		<u>(1.054,57)</u>	<u>(4.277,52)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		<u>(1.054,57)</u>	<u>(4.277,52)</u>
<i>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento</i>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		<u>-</u>	<u>-</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>(27.632,53)</u>	<u>(45.536,86)</u>
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>52.531,02</u>	<u>98.067,88</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	<u>24.898,49</u>	<u>52.531,02</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vinhais, 22 de Fevereiro de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Vicente Manuel Almeida

CC 85554

A ADMINISTRAÇÃO

Unidade monetária: Cêntimo de Euro

Descrição Período de 2016	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	50.000,00	2.636,71	27.290,09	20.151,08	(6.876,80)	4.387,23	97.588,31
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	-	219,36	-	4.167,87	-	(4.387,23)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	219,36	-	4.167,87	-	(4.387,23)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	214,75	214,75
RESULTADO INTEGRAL	-	219,36	-	4.167,87	-	(4.172,48)	214,75
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	50.000,00	2.856,07	27.290,09	24.318,95	(6.876,80)	214,75	97.803,06

Unidade monetária: Cêntimo de Euro

Descrição Período de 2017	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	50.000,00	2.856,07	27.290,09	24.318,95	(6.876,80)	214,75	97.803,06
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	-	10,74	-	204,01	-	(214,75)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	10,74	-	204,01	-	(214,75)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	10,74	-	204,01	-	507,68	507,68
RESULTADO INTEGRAL	-	10,74	-	204,01	-	292,93	507,68
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	50.000,00	2.866,81	27.290,09	24.522,96	(6.876,80)	507,68	98.310,74

Conselho de Administração / Gerência

Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

-7-

Victor Manuel P. ...
CC 85554

Proruris – Empresa Municipal Desenvolvimento Rural, EEM

Anexo

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A empresa Proruris – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EEM, NIF.507 643 720, é uma empresa municipal de capitais públicos que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída em 2007, tendo sede em Rua da Casa do Povo, Largo do Toural, 5320 – 311 Vinhais, exercendo a actividade de serviços de consultoria na área rural, bem como todo o tipo de apoio ao desenvolvimento rural do concelho, formação profissional, gestão de parques temáticos e apoio ao turismo. Encontra-se registada na Conservatória do Registo Comercial de Vinhais, sob a Matricula n.º 507 643 720 com Capital estatutário de cinquenta mil euros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2017 as demonstrações financeiras da PRORURIS foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC) publicado no Decreto Lei 98/2015 de 2 de junho, que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU).

A adopção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, os efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de Janeiro de 2009) foram registados em capitais próprios.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como activos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Proruris – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural, EM são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transacções.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os activos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do activo a qualificar como propriedade de investimento, esse activo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse activo a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada directamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

3.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes activos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes gastos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como activos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos, com excepção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

3.5. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Empresa tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efectuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

3.6. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

3.8. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

3.9. Activos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor" até o activo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado activo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são denominados "Outros investimentos" e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

3.10. Activos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como "investimentos mensurados ao justo valor" através de resultados nem como "investimentos detidos até à maturidade". Estes activos são classificados como "activos não correntes", excepto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transacção, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os "investimentos mensurados ao justo valor através de resultados" e os "investimentos disponíveis para venda" são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos "investimentos disponíveis para venda" são registados no capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.11. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.12. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.13. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.14. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.15. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.16. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

3.17. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projectos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos activos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de acções de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2017 e de 2016 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2017					
	Snlto em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Snlto em 31-Dez-17
Custo:						
Edifícios e outras construções	5.433,45	-	-	-	-	5.433,45
Equipamento básico	447,96	-	-	-	-	447,96
Equipamento de transporte	9.960,95	-	-	-	-	9.960,95
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	40.986,43	804,88	-	-	-	41.791,31
Outros activos fixos tangíveis	3.716,24	-	-	-	-	3.716,24
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	60.545,03	804,88	-	-	-	61.349,91
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	522,34	176,94	-	-	-	699,28
Equipamento básico	56,00	56,00	-	-	-	112,00
Equipamento de transporte	6.322,37	1.245,12	-	-	-	7.567,49
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	22.088,16	3.265,10	-	-	-	25.353,26
Outros activos fixos tangíveis	1.389,30	446,97	-	-	-	1.836,27
	30.378,17	5.190,13	-	-	-	35.568,30

[Handwritten signatures and initials]

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-16
Custo:						
Edifícios e outras construções	4.071,17	1.362,28	-	-	-	5.433,45
Equipamento básico	-	447,96	-	-	-	447,96
Equipamento de transporte	9.960,95	-	-	-	-	9.960,95
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	36.686,43	4.300,00	-	-	-	40.986,43
Outros activos fixos intangíveis	2.013,60	1.702,64	-	-	-	3.716,24
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	<u>52.732,15</u>	<u>7.812,88</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>60.545,03</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	345,40	176,94	-	-	-	522,34
Equipamento básico	-	56,00	-	-	-	56,00
Equipamento de transporte	5.077,25	1.245,12	-	-	-	6.322,37
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	19.461,53	2.626,63	-	-	-	22.088,16
Outros activos fixos intangíveis	934,38	454,92	-	-	-	1.389,30
	<u>25.818,56</u>	<u>4.559,61</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30.378,17</u>

5. Activos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, o movimento ocorrido nos activos intangíveis, foi o seguinte:

[Handwritten signatures and initials]

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	- €	32.620,65 €	- €	4.461,11 €
Clientes conta títulos a receber	- €	- €	- €	- €
Clientes factoring	- €	- €	- €	- €
Clientes de cobrança duvidosa	- €	- €	- €	- €
	- €	32.620,65 €	- €	4.461,11 €
Perdas por imparidade acumuladas	- €	- €	- €	- €
	- €	32.620,65 €	- €	4.461,11 €

8. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	1.844,73	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	5.242,80
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>1.844,73</u>	<u>5.242,80</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	335,76
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	6.650,16	-
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	2.678,50	3.138,00
Segurança Social	8.019,36	7.084,31
Outros impostos e taxas	27,98	-
	<u>17.376,00</u>	<u>10.558,07</u>

9. Outros Créditos a Receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Outros	-	92.345,61	-	87.856,50
	-	92.345,61	-	87.856,50
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	92.345,61	-	87.856,50

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 os saldos da rubrica "Diferimentos" do activo e passivo foram como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Diferimentos (Activo)		
Seguros pagos antecipadamente	4.273,93 €	2.439,66 €
Juros a pagar	- €	- €
Outros gastos a reconhecer	- €	21.000,00 €
	<u>4.273,93 €</u>	<u>23.439,66 €</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	- €	- €
Outros rendimentos a reconhecer	- €	- €
	<u>- €</u>	<u>- €</u>

11. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Caixa	237,58	244,09
Depósitos à ordem	24.660,91	52.286,93
Depósitos à prazo (i)	-	-
(...)	-	-
Outras	-	-
	<u>24.898,49</u>	<u>52.531,02</u>

12. Capital subscrito

Em 31 de Dezembro de 2017 o capital da Empresa, estava totalmente subscrito e realizado.

Identificação de pessoas colectivas com mais de 20% do capital

As pessoas colectivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de Dezembro de 2016, eram as seguintes:

	<u>% Capital</u>	<u>Valor</u>
Município de Vinhais	100%	50.000

13. Reserva legal e outras reservas

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital. A entidade constituiu também outras reservas no valor de € 27.290,09. As outras reservas podem ser distribuídas aos sócios desde que resulte de uma decisão da assembleia geral.

14. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados transitados.

Esta rubrica inclui ainda os ajustamentos decorrentes da transição do POC para o SNC, de acordo com o previsto na NCRF 3, tal como referido na nota 2.

15. Outras variações no capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	(6.876,80)	(6.876,80)
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-
Subsídios	-	-
Doações	-	-
Outras	-	-
	<u>(6.876,80)</u>	<u>(6.876,80)</u>

16. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de Investimento	-	-	-	1.472,31
Remunerações a Liquidar (Acréscimo de Gastos)	-	46.409,28	-	44.874,24
Liquidatário Enercastro	-	-	-	3.171,61
Outras Contas a pagar	-	77,18	-	1.275,70
	-	<u>46.486,46</u>	-	<u>50.793,86</u>

17. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Fornecedores conta corrente	20.162,64	45.357,50
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	<u>20.162,64</u>	<u>45.357,50</u>

18. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2017 e de 2016 foram como segue:

	31-Dez-17			31-Dez-16		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	392.520,42	0,00	392.520,42	372.156,11	0,00	372.156,11
	<u>392.520,42</u>	<u>0,00</u>	<u>392.520,42</u>	<u>372.156,11</u>	<u>0,00</u>	<u>372.156,11</u>

De seguida apresentamos os réditos pelos vários centros de custo

Réditos	2017	2016
	Valor	Valor
	Reconhecido	Reconhecido
Prestação de Serviços		
· Formação	0,00€	34.323,16 €
· Inseminação Artificial	16.509,41 €	11.603,68 €
· HACCP/Pest control	5.944,51 €	10.980,33 €
· Piquete Veterinário	11.244,37€	8.867,01 €
· SNIRA	0,00 €	2.178,69 €
· Eventos Pecuários+corrida de touros	12.946,90 €	9.481,13 €
· Consultoria	23.640,33 €	6.627,20 €
· Serviços IFAP	4.453,07 €	44.614,40 €
· Geral	74.375,89 €	14.403,11€
· Parque Biológico	178.725,94 €	164.397,40 €
· Espaços Verdes	64.680,00 €	64.680,00 €
	<u>392.520,42 €</u>	<u>372.156,11 €</u>

19. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2017 e de 2016 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Contrato Programa Municio de Vinhais	270.000	270.000
Outros subsídios	-	-
	<u>270.000</u>	<u>270.000</u>

20. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Subcontratos	2.158,31	0,00
Serviços especializados	80.612,54	98.851,49
Materiais	14.802,96	21.582,45
Energia e fluídos	28.860,52	34.483,33
Deslocações, estadas e transportes	3.228,00	2.826,44
Serviços diversos (*)	133.124,76	119.743,89
donde eventos realizados (Corrida, Concursos)	42.058,67	29.874,99
donde Parque Biológico (Bar, Alimen. Animais, Outros)	41.572,44	33.439,25
donde Alugueres (viaturas e arquivandus)	13.522,17	14.597,61
	<u>262.787,09</u>	<u>277.487,60</u>

21. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Remunerações dos órgãos sociais	42.905,47	43.394,80
Remunerações do pessoal	277.713,54	235.975,58
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	71.041,70	61.957,11
Seguros	2.298,49	2.661,83
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com pessoal	2.518,21	6.262,47
	<u>396.477,41</u>	<u>350.251,79</u>

O número de colaboradores da Empresa nos exercício de 2017 e 2016 foi de 25 e 23 respectivamente.

22. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	8,67	97,62
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	-	1.713,56
Outros rendimentos e ganhos	6.534,03	1.063,84
	<u>6.542,70</u>	<u>2.875,02</u>

23. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

[Handwritten signatures and initials]

	31-Dez-17	31-Dez-16
Impostos	308,62	756,41
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas em inv. não financeiros	-	-
Outros gastos e perdas	<u>1.781,35</u>	<u>9.646,19</u>
	<u>2.089,97</u>	<u>10.402,60</u>

24. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-17			31-Dez-16		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis	5.190,13	-	5.190,13	4.559,61	-	4.559,61
Activos intangíveis	<u>173,32</u>	-	<u>173,32</u>	<u>330,02</u>	-	<u>330,02</u>
	<u>5.363,45</u>	-	<u>5.363,45</u>	<u>4.889,63</u>	-	<u>4.889,63</u>

25. Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2017, a Empresa não dispunha de bens em regime de locação operacional.

26. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

27. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2017, a Empresa não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o n.º de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2017.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

O Revisor Oficial de contas, ao longo de 2017 auferiu 2.400€ de honorários.

O contabilista certificado

Victor Manuel R.H.
CC 85554

O conselho de administração

[Handwritten signature]
Mário Carvalho

[Handwritten signatures]